

A(O) ESTUDANTE COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO SUPERIOR: INGRESSO E PERMANÊNCIA

STUDENTS WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER IN HIGHER EDUCATION: ADMISSION AND RETENTION

Nicole Ming Kee Tin¹

Anáisa Leal Barbosa Abrahão²

RESUMO

Este artigo teve como objetivo discutir e analisar como ocorre a inserção e a permanência do aluno diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Ensino Superior e como isso interfere no seu desenvolvimento psicossocial e comportamental. A temática contribui para a construção do conhecimento como ciência e visa verificar se os direitos garantidos nas políticas educacionais estão sendo assegurados. Foi utilizado o delineamento do tipo revisão de literatura, no qual foram analisados artigos, teses e dissertações, que evidenciavam as experiências individuais ou coletivas dos alunos autistas nas universidades. Como resultado, foi possível perceber uma invisibilidade dos indivíduos com TEA, seja por escolha própria ou falta de orientação e incentivo das instituições. No tocante às interações sociais, notamos que, no geral, apesar de criarem vínculos, existe uma dificuldade em estabelecer relacionamentos mais “profundos”. Finalmente, o nosso estudo evidencia a necessidade de uma formação especializada direcionada a comunidade acadêmica, no sentido de compreender e identificar as necessidades e especificidades dos estudantes com TEA, contribuindo, desse modo, para o sucesso deles em âmbito acadêmico.

Palavras-chave: Acesso. Permanência. Transtorno do Espectro Autista (TEA). Universidade

ABSTRACT

This article aimed to discuss and analyze how the admission and retention of students diagnosed with Autism Spectrum Disorder (ASD) in higher education occurs and how this process affects their psychosocial and behavioral development. The topic contributes to the construction of knowledge as a science and seeks to verify whether the rights guaranteed by educational policies are being upheld. A literature review methodology was used, analyzing articles, theses, and dissertations that highlighted individual or collective experiences of autistic students in universities. The results show the erasure of individuals with ASD, whether by personal choice or due to a lack of guidance and encouragement from institutions. Regarding social interactions, it was noted that, generally, although students form bonds, they face difficulties when establishing deeper relationships. Finally, the study highlights the need for specialia-

1 Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) – Faculdades de Ciências Humanas e Sociais (FCHS), estagiária da Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social (UACJS) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Direitos Sociais e Educação Inclusiva. E-mail: nicole.tin@unesp.br.

2 Professora do Departamento de Educação, Ciências Sociais e Políticas Públicas e no Programa de Pós-graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) – Faculdades de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) e coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Direitos Sociais e Educação Inclusiva. E-mail: anaisa.leal@unesp.br.

lized training for the academic community to help them understand and identify the needs and specificities of students with ASD, thereby contributing to their academic success.

Keywords: Access; Retention; Autism Spectrum Disorder (ASD); University.

INTRODUÇÃO

O transtorno do espectro do autismo (TEA) é um transtorno de neurodesenvolvimento, que interfere nas interações sociais e comportamentais do indivíduo diagnosticado, impactando negativamente as suas relações, seja com outras pessoas, o ambiente ou si próprias (APA, 2023).

Tendo em vista esse pensamento, uma educação inclusiva e especializada é imprescindível para o enriquecimento sociocomunicativo e comportamental do sujeito, processo que envolve mudanças no conteúdo, abordagem, estrutura e estratégias educacionais. Torna-se, nesse sentido, necessário compreender que uma sala de aula não é homogênea, sendo assim, modificações curriculares e físicas são primordiais para um efetivo ensino e desenvolvimento (Brasil, 2015).

A educação inclusiva trata de assegurar que todos os indivíduos tenham os mesmos direitos e oportunidades de ensino, independentemente do nível, o que inclui o Ensino Superior, principalmente no que tange aos estudantes que se enquadram dentro da Política Nacional de Educação Especializada (PNEE), que visa a garantia de uma educação de qualidade para alunos com necessidades educacionais especiais, atestado pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015. (Brasil, 2015). Ademais, o art. 28 do capítulo IV prevê:

Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: [...] XIII – acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas [...] (Brasil, 2015, apud Oliveira, 2022, p. 3).

Como consequência da PNEE, tivemos um crescente número de ingressantes no ensino superior diagnosticados com TEA, o que exige das instituições mudanças significativas, reiterando a necessidade de uma educação que seja, de fato, inclusiva, fazendo-nos questionar como ocorre o ingresso e a permanência dos diagnosticados com TEA na universidade. (Oliveira, 2022).

De modo geral, ao analisarmos o contexto nacional e histórico, os estigmas que perpetuam o TEA tornam ainda mais difícil o ingresso e a permanência dos indivíduos diagnosticados com o transtorno no Ensino Superior, principalmente em detrimento do despreparo das instituições, docentes e discente para lidar com as demandas provenientes do TEA.

Diante do exposto, evidencia-se a importância do presente trabalho, tendo em vista que a quantidade de estudos acerca do assunto é incipiente. A garantia do direito a educação em especial no que tange ao TEA é crucial para o um bom desenvolvimento dessa pessoa. Neste cenário, o presente estudo teve como objetivo discutir e analisar como ocorre a inserção e a permanência do aluno diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino superior e como isso interfere no seu desenvolvimento psicossocial e comportamental.

METODOLOGIA

A presente revisão de literatura foi realizada mediante a busca eletrônica de artigos, teses e dissertações publicadas a partir de 2012, nas bases de dados SciELO e Capes Periódicos. O refinamento da pesquisa se constituiu pela busca de palavras-chave, incluindo os termos TEA associado às universidades e a educação especializada. Foram considerados apenas os trabalhos publicados na íntegra, que obtivessem como foco o ingresso e a permanência de alunos com TEA no Ensino Superior. No final, foram analisadas, de forma descritiva, 15 produções, que foram organizadas em capítulos, considerando os temas abordados.:

2.1 Resultados

Os resultados serão apresentados a seguir, considerando os temas identificados nos estudos selecionados para a presente análise e discussão.

O QUE É O TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO (TEA)?

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 5ª Edição (DSM-5), publicado pela Associação Americana de Psiquiatria (APA), que serve como referência mundial para o diagnóstico e classificação de transtornos mentais, fornece critérios detalhados e padronizados para a identificação do TEA.

Em decorrência do DSM-5, o Autismo passou a ser denominado como Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), sendo classificado como um dos Transtornos do Neurodesenvolvimento. Esse transtorno é caracterizado por dificuldades na comunicação e interação social, além de comportamentos restritos e repetitivos (estereotípias) (APA, 2014).

A Associação Americana de Psiquiatria lançou em 18 de março de 2022 uma versão revisada e atualizada do DSM-5, chamada DSM-5-TR (Texto Revisado). No campo do autismo, essa atualização trouxe uma única mudança em relação ao manual original: agora, para se enquadrar no diagnóstico de TEA, é necessário que a pessoa apresente todas as sub características relacionadas à dificuldade de comunicação social (Almeida, 2023).

Ademais, o TEA é classificado em três níveis diferentes de suporte, que correspondem ao grau de severidade dos sintomas e à quantidade de assistência necessária que cada indivíduo necessita para conviver no seu cotidiano. Esses níveis são descritos como autismo leve, moderado e severo, sendo essa classificação uma ferramenta essencial para compreender melhor as necessidades de cada pessoa com TEA, além de garantir o acompanhamento adequado (Almeida, 2023).

3.1 Autismo Leve (Nível 1 de Suporte)

No nível de suporte 1, ou autismo leve, as principais dificuldades estão relacionadas aos déficits de comunicação e interação social. Pessoas com autismo leve, geralmente, têm dificuldades em manter e seguir normas sociais. Apesar de possuírem um nível de autonomia maior em várias tarefas, ainda enfrentam desafios significativos, especialmente em situações que requerem interação social. Vale ressaltar que apesar de possuírem mais independência, essas pessoas ainda necessitam de um acompanhamento multidisciplinar e especializado (Almeida, 2023).

3.2 Autismo Moderado (Nível 2 de Suporte)

No nível de suporte 2, ou autismo moderado, as dificuldades se tornam mais evidentes. Pessoas neste nível de suporte, geralmente, apresentam um comportamento social atípico, rigidez cognitiva e dificuldades para lidar com mudanças. A comunicação é mais comprometida e as dificuldades de linguagem são aparentes (Almeida, 2023).

3.3 Autismo Severo (Nível 3 de Suporte)

No nível de suporte 3, ou autismo severo, os indivíduos assim classificados enfrentam dificuldades custosas de comunicação. A iniciativa própria de conversar é muito limitada e estereotípias (comportamentos repetitivos) são mais comuns. Além disso, o autismo severo está frequentemente associado a várias comorbidades, como depressão, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), Transtorno Obsessivo - Compulsivo (TOC), ansiedade, epilepsia, entre outros aspectos. Devido a essas dificuldades, a independência para realizar atividades cotidianas é mais difícil de ser alcançada (Almeida, 2023).

TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO (TEA) NA FASE ADULTA

De acordo com Barber (2015), a National Autistic Society aponta que apenas nos últimos cinco anos, a população adulta e idosa com TEA começou a receber alguma atenção, sendo, em geral, negligenciada pelos institutos de pesquisa e pelas políticas públicas (Lin, 2023). Evidenciando o baixo número de estudos acerca do TEA na fase adulta, distintamente da faixa etária infante-juvenil, isso ocorre, principalmente, devido ao fato de que o TEA sempre foi visto como um transtorno de neurodesenvolvimento infantil, no qual os primeiros sintomas se apresentam logo na infância e tendem a “minimizar-se” no decorrer da vida, devido ao desenvolvimento psicossocial e motor (Lin, 2023).

Em geral, grande parte dos adultos dentro do espectro que não tenham sido diagnosticados na infância, por muitas vezes, recebem um diagnóstico alternativo ou até mesmo não recebem diagnóstico algum. Destaca-se que, frequentemente, o não diagnóstico na infância possa indicar um nível de suporte baixo, como já explicado anteriormente, permitindo que o indivíduo tenha mais independência e com a maioria tenha aprendido a reduzir os impactos sociais do espectro (Lin, 2023). Ademais, há “A Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Necessidades Especiais que garante a todos o direito de envelhecer de maneira satisfatória com recursos e suporte que ofereçam bem-estar e adequada qualidade de vida” (Lin, 2023, p. 6).

Posto isso, devemos atentar-nos a alguns aspectos quando falamos do TEA na fase adulta. A maior suscetibilidade a comorbidade médicas e dificuldade com a comunicação, como citado anteriormente, torna mais árduo o acesso a saúde para pessoas dentro do espectro autista, em decorrência de dificuldades como comunicar sintomas ou romper com as barreiras sociais que envolvem qualquer tratamento clínico (Lin, 2023).

De acordo com Lin (2023, p. 8), “pessoas com o diagnóstico de TEA apresentam taxas mais elevadas de mortalidade precoce quando comparadas com a população geral”, revelando seriedade do cenário no que concerne ao TEA.

Durante o processo de desenvolvimento humano, uma boa comunicação se torna primordial para um bom desenvolvimento das relações sociais, como aponta Assis (2021):

À medida que atingem a adolescência, o uso da linguagem falada em situações sociais, para os indivíduos com Transtorno do Espectro do Autismo, assume uma grande importância. No Ensino Médio e na vida adulta, as interações cotidianas com os colegas giram em torno de rodas de conversa. No entanto, devido às dificuldades pelo pragmatismo da doença, adolescentes com TEA muitas vezes resistem pela demanda crescente por conversas sociais, aumentando seu risco de isolamento, rejeição de colegas e ansiedade social, que também pode ser resultante do reconhecimento de sua deficiência na habilidade comunicativa e de envolvimento social (Assis, 2021).

Diante disso, percebemos que uma educação especializada e inclusiva nas universidades se torna necessária para que o adulto diagnosticado com TEA seja capaz de desenvolver (dentro das suas limitações) o mais alto nível de independência, aumentando, assim, também a sua qualidade de vida.

TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO NAS UNIVERSIDADES

A educação inclusiva, além de ser um direito assegurado, é também uma resposta às demandas do mundo contemporâneo, incentiva uma educação homogeneizadora e desenvolve as competências interpessoais. Posto isso, a educação deveria espelhar a diversidade humana, não a esconder, e isso inclui, sem sombra de dúvidas, o Ensino Superior. Refletir sobre experiências acadêmicas e sociais de discentes com TEA é importante para reconhecer melhores formas de fornecer o apoio necessário para assessorar esse público (Mendes, 2012).

Reduzir as desigualdades históricas e assegurar direitos a grupos estigmatizados como os estudantes público-alvo da educação especial (PAEE), que incluem pessoas com necessidades especiais como indivíduos com TEA, é dever do Estado, universidades, docentes, discentes e da sociedade no geral. A partir disso, o Ministério da Educação (MEC), em 2005, criou o Programa Incluir, que tem por finalidade criar núcleos de acessibilidade nas instituições de ensino superior, tanto públicas quanto privadas, além da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, de 2015, de reafirmar a necessidade de uma educação inclusiva em todos os níveis, assegurando que as instituições ofereçam recursos de acessibilidade e tecnologia assistiva adequados já no processo seletivo (apud Oliveira, 2022, p. 3)

Os núcleos de acessibilidade são cruciais para que estudantes com deficiência possam ingressar, permanecer e concluir os seus cursos de graduação com sucesso. Esses núcleos são responsáveis por colaborar na implementação das políticas de inclusão. Ademais, para Chahini (2010), é essencial que as instituições de Ensino Superior desenvolvam políticas internas de acolhimento e sensibilização, garantindo que todos os envolvidos no processo educacional estejam preparados para integrar esses alunos na vida acadêmica (Silva, 2022).

O ingresso de estudantes com TEA nas universidades deve romper com concepções “conservadoras” de ensino, exigindo que as instituições ofereçam suporte durante toda a graduação, um trabalho multidisciplinar que respeite as limitações e individualidades de cada indivíduo (Silva, 2022).

Sabemos que o ambiente acadêmico é um grande fator que corrobora em certos aspectos de forma negativa com a saúde mental, tanto dos discentes, quanto dos docentes. Esse fator se agrava quando falamos de pessoas atípicas, como pontua Assis (2021):

O período universitário compreende o momento com maior incidência de doenças psiquiátricas importantes, como transtorno depressivo maior, mesmo em indivíduos

neurotípicos. Acadêmicos com TEA possuem um risco duas vezes maior de desenvolver condições psiquiátricas (Assis, 2021).

Não obstante, a falta de discussões sobre o assunto acarreta uma invisibilidade desses estudantes, que muitas vezes preferem não se identificar como autistas, visando evitar preconceitos e “distinção” nas interações sociais. Isso levanta preocupações sobre a possível evasão ou reprovação desses alunos, que podem não receber o suporte necessário para uma inclusão eficaz (Santos, 2020). Sobre isso:

Muitos estudantes são diagnosticados na metade do curso ou apenas ao terminá-lo. Há alunos que possuem um diagnóstico e não recebem nenhum apoio por falta de instruções ou por não divulgar o diagnóstico. Dessa forma, enfrentam problemas como falta de amigos, dificuldade em realizar tarefas em grupo, isolamento, dificuldade para planejamento, de cumprimento de horários, e dificuldades em realizar provas devido a sensação de não possuir tempo suficiente para responder as perguntas e à sensibilidade sensorial. Além das barreiras enfrentadas na universidade, os alunos precisam lidar com a mudança de residência, aprender a morar sozinho, frequentar novos ambientes e ser capaz de tomar decisões. Esses aspectos dependem de capacidade de auto regulação e gestão, mas os indivíduos com TEA são deficientes neste aspecto (Assis, 2021, p. 5).

A criação de ambientes inclusivos e de práticas pedagógicas adaptadas às necessidades de cada estudante é fundamental para promover uma educação que valorize as potencialidades individuais, respeitando as visões de mundo e as condições específicas de cada um, evitando a imposição externa e permitindo que o conhecimento se incorpore ao arsenal criativo dos alunos, gerando novas possibilidades de criação.

Silva (2022), em um estudo realizado, verificou que os estudantes com TEA relatavam que as suas principais dificuldades eram em relação à ansiedade, compreensão de leituras ou termos abstratos, barulhos altos e mudanças constantes de lugares na sala. Não obstante, poucos alunos autistas são capazes de atingir o seu potencial acadêmico por fatores como os citados anteriormente, além do isolamento social, estresse excessivo, dependência de uma rede de apoio, entre outros aspectos. Desse modo, estratégias que propiciem o aprendizado, como adequações na linguagem e a necessidade de uma tutoria que permita um ensino flexível e adaptativo seriam capazes de sanar boa parte desses problemas (Assis, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de estudantes diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Ensino Superior é um desafio complexo, que exige um esforço conjunto das instituições educacionais, dos profissionais envolvidos e da sociedade como um todo. Este artigo destacou a importância de uma educação verdadeiramente inclusiva e especializada, que vá além das adaptações físicas, englobando também práticas pedagógicas adaptadas e políticas institucionais eficazes.

Observou-se que, embora tenha havido avanços significativos, como a criação de núcleos de acessibilidade e o desenvolvimento de políticas de inclusão, ainda existem lacunas substanciais na prática.

É fundamental que as universidades compreendam que a inclusão não é apenas uma questão de direitos, mas também de promover um ambiente que valorize as diferenças e potencialize as habilidades de todos. Para isso, é necessário continuar investindo em pesquisas,

capacitação de docentes, desenvolvimento de políticas de apoio e, principalmente, em práticas que garantam a permanência e o sucesso dos estudantes com TEA no Ensino Superior.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. S. R. DSM-5 TR E CID-11 - Diagnóstico de transtorno do espectro autista. 2023. Disponível em: <https://institutoinclusaobrasil.com.br/dsm-5-tr-e-cid-11-diagnostico-de-transtorno-do-espectro-autista/>. Acesso em: 15 de ago. 2024.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ASSIS, L. V. et al. Transtorno do Espectro Autista na percepção de acadêmicos universitários: uma revisão de literatura. *Revista Eletrônica Acervo Científico*, v. 18, p. e5667, jan. 2021.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 15 ago. 2024.

HARTWIG, M. D.; PIRES, E. U. Diagnóstico do Transtorno do Espectro do Autismo em População Adulta: Uma Revisão Sistemática. *Revista Contemporânea*, [s. l.], v. 3, n. 9, p. 14108-14135, set. 2023. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/1636>. Acesso em: 15 ago. 2024.

LIN, J. et al. Transtorno do espectro autista e envelhecimento: uma revisão narrativa. *Revista Remecs - Revista Multidisciplinar de Estudos Científicos em Saúde*, [s. l.], v. 8, n. 14, p. 3-11, ago. 2023. Disponível em: <https://www.revistaremeccs.com.br/index.php/remecs/article/view/1050>. Acesso em: 15 ago. 2024.

MOREIRA, C. N.; AZEVEDO, P. V. B. e. Autismo na vida adulta. *Publicações ABP documentos e vídeos = ABP Publications documents and videos*, Rio de Janeiro, v. 10, abr. 2023. Disponível em: <https://revistardp.org.br/abp/article/view/706>. Acesso em: 15 ago. 2024.

NUNES, D. R. de P.; AZEVEDO, M. Q. O. de; SCHMIDT, C. Inclusão educacional de pessoas com Autismo no Brasil: uma revisão da literatura. *Revista Educação Especial*, [s. l.], v. 26, n. 47, p. 557-572, nov. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/10178>. Acesso em: 10 ago. 2024.

OLIVEIRA, A. F. T. de M.; SANTIAGO, C. B. S.; TEIXEIRA, R. A. G. Educação inclusiva na universidade: perspectivas de formação de um estudante com transtorno do espectro autista. *Educação e Pesquisa*, v. 48, p. e238947, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248238947por>. Acesso em: 15 ago. 2024.

PINTO, R. Z.; GODOY, M. A. B.; COSTA, A. B. da. Suporte educacional à inclusão de estudante com transtorno do espectro autista: atendimento educacional especializado na visão dos docentes. *Educação: Teoria e Prática*, [s. l.], v. 32, n. 65, p. e27, jun. 2022. Disponível

em: [https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao\(article/view/15876](https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao(article/view/15876) .
Acesso em: 16 ago. 2024.

SANTOS, M. P. Educação Inclusiva e a Declaração de Salamanca: consequências ao sistema educacional brasileiro. *Revista Integração*, v. 10, n. 22, p. 34 – 40, 2012.

SANTOS, W. F. dos et al. A Inclusão da Pessoa com Autismo no Ensino Superior. *Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade*, [s. l.], v. 9, n. 3, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/33786> . Acesso em: 10 ago. 2024.

SILVA, V. C.; MOREIRA, L. C. O estudante com Transtorno do Espectro Autista nas universidades brasileiras. *Revista Educação Especial*, [s. l.], v. 35, p. e16/1–25, mar. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/68655> . Acesso em: 10 ago. 2024.

SILVEIRA, P. T. da .; DONIDA, L. O.; SANTANA, A. P. Inclusão e permanência de universitários com diagnóstico de transtorno do espectro autista: discussões acerca de barreiras linguísticas. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, v. 25, n. 3, p. 659–675, set. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772020000300008> . Acesso em: 15 ago. 2024.

SOARES, Natalia de Jesus Santos et al. Transtorno do espectro autista em adultos: sinais clínicos. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 485-490, jan. 2024. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/11093> . Acesso em: 10 ago. 2024.